

## CRITÉRIOS DE CORRECÇÃO

**Turma B - Exame de Recurso – 13 de fevereiro de 2019**

**IED I - Ano 2018/2019**

### I.

No presente caso, o aluno deverá demonstrar que domina as seguintes matérias:

- Relação entre a lei, os usos e o costume;
- Diferença entre desuso e costume *contra legem*;
- Relevância do conhecimento da lei pelos seus destinatários para a sua vigência.

### II.

*a)* Nesta questão o aluno deverá, pelo menos:

- Identificar o regime aplicável às declarações de retificação, *v.g.*, o artigo 5.º da Lei n.º 74/ 98, de 11 de novembro (Lei Formulária);
- Identificar, justificadamente, os casos em que se poderá considerar admissível a aprovação de uma retificação;
- Analisar o conceito de “lapsos gramaticais, ortográficos, de cálculo ou de natureza análoga” e concluir pela sua não aplicabilidade ao caso *sub judice*. A decisão do Governo não teve por fim a correção de um lapso, mas sim a criação de um regime diferente;
- Sublinhar a falta de competência do Governo para a retificação de uma Lei aprovada pela Assembleia da República, conforme resulta do artigo 5.º, n.º 1, *in fine*;
- Discutir a natureza da invalidade em causa - nulidade, inexistência, invalidade atípica – com eventual menção do n.º 3 do artigo 5.º da Lei Formulária, em que se prevê, ainda que para uma situação diferente, o vício da nulidade.

*b)* Nesta questão o aluno deverá, pelo menos:

- Referir que, com a extinção da licenciatura em “Serigrafia e Xilogravura”, se esvazia o âmbito de aplicação da Lei X/2019;
- Discutir, nesse sentido, a forma de cessação de vigência da Lei X/2019;
- Concluir pela caducidade da Lei X/2019, por desaparecimento dos seus pressupostos de facto.

### III.

1. Nesta questão o aluno deverá, pelo menos:

- Identificar os requisitos do Estado de Necessidade;
- Explicar o conceito de estado de necessidade putativo;
- Esclarecer a *ratio* do artigo 338.º aplicado à legítima defesa e à ação direta;
- Explicar o dever de indemnização no contexto do Estado de Necessidade;
- Discutir o dever de indemnização no contexto do Estado de Necessidade putativo.

2. Nesta questão o aluno deverá, pelo menos:

- Discutir a relação entre Direito e moral;
- Confrontar as teses positivista e jusnaturalista para efeitos da aferição da validade das normas;
- Explicar as diferentes soluções que resultam da aplicação de uma e outra tese;
- Analisar criticamente os critérios formais e materiais de validade das normas à luz das sobreditas correntes filosóficas.